

# UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL SOBRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE GRUPOS DOMÉSTICOS DA PORTO ALEGRE OITOCENTISTA

*Fernanda Bordin Tocchetto\**

## RESUMO

As pesquisas realizadas em três unidades domésticas da cidade de Porto Alegre oitocentista, revelaram situações distintas quanto à formação dos depósitos de lixo doméstico e à presença de objetos relacionados aos cuidados com o corpo. Buscando articular discursos, práticas e representações, proponho um exercício interpretativo sobre as práticas cotidianas ligadas à saúde e higiene, inferidas de contextos arqueológicos diferenciados, analisadas à luz dos discursos e das normas disciplinares em voga no século XIX.

Palavras-chave: Porto Alegre, Representações, Saúde.

## ABSTRACT

Researches realized in three nineteenth century domestic sites from Porto Alegre City, has revealed different aspects about the deposition of domestic refuse and the presence of material culture related to the health. Searching to articulate discourses, practices and representations, I propose an interpretative exercise about the daily practice tied to health and hygiene, inferred from different archaeological contexts. These practices are discussed as related to the discourses and disciplinary roles that were in action in the nineteenth century.

Keywords: Porto Alegre City, Representations, Health.

\* Museu de Porto Alegre "Joaquim José Felizardo", Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre/PMPA. Endereço: Rua João Alfredo nº 582, Porto Alegre-RS, CEP 90050-230. E-mail: tocchett.voy@terra.com.br.

Os discursos produzidos por uma sociedade, nas suas mais variadas modalidades, fazem ouvir, ver e ler conteúdos orientadores de ações, condutas e práticas sociais. A circulação de tais produções discursivas entre os diferentes segmentos sociais, no entanto, não significa sua incorporação, ou seja, uma correspondência entre suas intenções e os seus desdobramentos. Sua interpretação, apropriação e significação podem se dar diferenciadamente, segundo maneiras singulares de estar no mundo, de estilos de vida e escolhas culturais. Os sentidos e significados daí derivados, por sua vez, produzem práticas que “são sempre criadoras de usos e representações” (Chartier, 1990:136).

Estas breves considerações, levaram-me a refletir sobre a presença diferenciada de contextos arqueológicos e de objetos de uso cotidiano em unidades de habitação da cidade de Porto Alegre oitocentista. Essas diferenças estão provavelmente relacionadas a uma sociedade plural, heterogênea na sua composição sócio-cultural e dinâmica, enquanto inserida no processo de expansão do capitalismo, em lenta substituição ao escravismo.

As pesquisas realizadas no Município de Porto Alegre, entre 1996 e 2001, em três sítios históricos ocupados durante o século XIX, revelaram situações distintas quanto à formação dos depósitos de lixo doméstico e à presença de objetos relacionados aos cuidados com o corpo. Proponho-me, assim, a um exercício interpretativo ao analisar determinadas práticas exercidas por grupos domésticos da cidade no período, inferidas a partir dos objetos arqueológicos recuperados e seus contextos de deposição, e analisadas à luz das normas disciplinares e discursos ideológicos em voga

no período. Buscando articular os discursos, práticas e representações, tento mostrar a possibilidade de identificar as práticas culturais ligadas à saúde e higiene e interpretá-las no sentido da construção de representações coletivas (partilhadas ou contrastantes), a partir da apropriação (ou não, e que pode ser também diferenciada ou não) das práticas discursivas vinculadas à medicina hipocrática e à chamada ideologia da sanitização dos oitocentos<sup>1</sup>.

## **SOBRE A TEORIA DOS HUMORES E OS DISCURSOS HIGIENISTAS: UM BREVE PANORAMA**

O corpo e a sua relação com a vida cotidiana foi tema de diferentes manifestações durante o século XIX. Os discursos produzidos, na sua pretensão de modelar comportamentos, disciplinar e normatizar ações quanto à saúde e higiene, mobilizavam representações e noções orientadoras de práticas variadas (Lima & Vianna, 1996). O processo de transformação de uma sociedade escravista para uma capitalista, no Brasil do século XIX, é acompanhado da mudança dos preceitos com o corpo, visando influenciar os hábitos das populações, alterando suas práticas cotidianas, rotineiras e sua relação com o próprio corpo e deste com o seu exterior.

Escavações arqueológicas no Rio de Janeiro, em lixeiras de unidades residenciais, recuperaram uma série de objetos ligados à prática da medicina hipocrática no país em pleno século XIX (Lima, 1996)<sup>2</sup>. Provavelmente introduzida pelos médicos portugueses e os que acompanharam a colonização holandesa no Brasil, teve ampla penetração nas práticas curativas e regras de higiene – como sangrias,

<sup>1</sup> Symanski (1996, 1998a, 1998b, 2000) desenvolveu uma pesquisa sobre o Solar Lopo Gonçalves, um sítio histórico da Porto Alegre oitocentista, abordando, entre outros aspectos, os comportamentos dos seus ocupantes quanto às práticas de deposição do lixo doméstico e de cuidados com o corpo, interpretando-os à luz dos discursos higienistas e crença na medicina hipocrática. Utilizando as informações do autor sobre o sítio abordado, este trabalho pretende um estudo comparativo entre três unidades domésticas de Porto Alegre.

<sup>2</sup> As informações sobre a Teoria dos Humores e os discursos sanitaristas, foram obtidas em Lima (1996) que, pesquisando detidamente os procedimentos cotidianos com relação ao corpo em voga no século XIX, teceu interpretações e explanações quanto às práticas observadas a partir da presença de objetos arqueológicos vinculados à crença na medicina hipocrática e suas transformações com o advento da medicina moderna no Brasil.

purgas, vomitórios, suadouros, etc. – especialmente no século XIX (Lima, 1996). Praticada na Grécia Antiga, estava voltada mais para o reconhecimento dos sintomas e não das causas das enfermidades. Conhecida como Teoria dos Humores, identificava a perturbação da saúde como decorrente de um desequilíbrio do corpo, visto sempre como uma totalidade. Possuía como premissa fundamental a crença no poder curativo da natureza, a partir do equilíbrio dos seus quatro elementos irreduzíveis: a água, o ar, a terra e o fogo, considerados os elementos primários. A estes elementos primários foram vinculados os “humores”, definidos como elementos secundários do corpo: sangue, pítuita (ou catarro), bile amarela e bile preta. De modo que, enquanto os humores estivessem balanceados, o indivíduo seria saudável.

O desequilíbrio entre os quatro humores ocasionava as doenças, que geravam os excessos de sangue, catarro, bile, matérias fecais e suor que deveriam ser eliminados através de diarreias, vômitos, suadores, hemorragias, para o restabelecimento da saúde do organismo. A presença de frascos de substâncias laxantes, clisteres, urinóis para a coleta de matérias fecais e urina e escarradeiras em sítios arqueológicos oitocentistas demonstram a crença na medicina hipocrática, ainda durante o século XIX, apesar dos progressivos avanços e conquistas científicas.

Neste mesmo contexto, as panacéias tiveram enorme penetração. “Século das doenças vergonhosas, século médico por excelência, (...), o oitocentos foi também – e por isso mesmo – o século das panacéias” (Lima, 1996:67). No Brasil foi amplo o consumo de remédios que prometiam resultados milagrosos, sem qualquer controle sanitário: pílulas depurativas, sudoríferas, purgativas; elixires estomacais, digestivos; xaropes peitorais, balsâmicos; linimentos; sais; cataplasmas; óleos; emplastros; tônicos; pomadas; unguentos; bálsamos; salsaparrilhas; essências depurativas; emulsões; compostos; águas medicinais, etc. (Lima, 1996). A maioria destes compostos apenas de álcool, açúcar e água. Outros ainda

narcóticos, como o ópio, com funções anestesiantes (Fyke, 1991:3 *apud* Symanski, 1998).

Ainda mesmo quando incorporada à vida cotidiana de vários grupos sociais, as práticas descritas de cuidados com o corpo, visando sobretudo a eliminação dos humores em excesso do organismo (principalmente sangue, catarros e matérias fecais) e dos odores corporais, começaram a confrontar-se com novas regras. Como elemento de um processo mais amplo “instaurou-se no Ocidente europeu, ao longo do século XIX, um conjunto de princípios, normas e valores fundados sobretudo na observação, na disciplina e, em última instância, no controle, como instrumentos de dominação” (Lima, 1996:81). A sociedade capitalista, em desenvolvimento a partir do final do século XVIII, passou a investir no controle dos indivíduos através do corpo, enquanto uma realidade bio-política (Foucault, 1985). Uma nova ordem corporal foi implantada, consolidando uma ideologia de higienização (com origem na medicina moderna, científica), fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e fortalecimento da burguesia. Tendo em vista a construção e manutenção da ordem social do século XIX, era necessária a organização do espaço urbano, do trabalho e do convívio social para garantir a formação de indivíduos fortes, saudáveis, moralizados e ordeiros, fundamentais para a expansão do mercado de trabalho.

Com origem na França no final dos setecentos, a medicina social urbana apregoava afastar do meio urbano tudo o que poderia provocar doenças; controlar e estabelecer uma boa circulação da água e do ar; organizar a distribuição e seqüência de ações indispensáveis à vida em comum. Surge a noção de salubridade e higiene, técnica de controle e transformação de elementos do meio que podem favorecer ou prejudicar a saúde, com vistas à existência de uma base material que assegurasse indivíduos saudáveis (Foucault, 1985). Visando acabar com as epidemias, focos de infecção, a contaminação de ares e águas, o discurso médico passou a exercer um controle fiscalizador contra a insalubridade generali-

zada. Foram difundidas regras de higiene pessoal e coletiva, de manutenção das moradias, de descarte e remoção do lixo para locais periféricos, de inspeção de feiras, abatedouros, criação de novos bairros, etc. Buscava-se, através da inspeção nos níveis privado e público, “transformar a cidade doente em uma cidade sadia, limpa e ordenada, requisito fundamental para a implantação e consolidação de uma sociedade ‘moderna’, comprometida principalmente com o liberalismo europeu” (Lima, 1996:84). Esta medicina, diferentemente daquela humoral, estava preocupada com a saúde, com a prevenção e não mais com a doença e com a cura.

Segundo Lima, impuseram-se redirecionamentos àquelas práticas corporais anteriores, exercidas pela sociedade escravista no Brasil sem mecanismos de controle e que lidava abertamente com seu sangue, enfermidades íntimas, estimulando a liberação dos fluídos. Para a burguesia em ascensão, tudo que dizia respeito ao interior, deveria ser afastado do olhar, do olfato, mascarado. A teoria microbiana e os mecanismos de contágio das doenças, trazendo benefícios no final do século XIX, deram “o golpe de misericórdia no velho humorismo hipocrático, que já não mais atendia aos interesses da nova classe emergente” (Lima, 1996:90).

O estabelecimento de uma medicina social e urbana levou a introdução da medicina “no funcionamento geral dos discursos e do saber científico” (Foucault, 1985:92). Os discursos, que veiculavam os conteúdos acima mencionados, estavam presentes nos jornais, nos Códigos de Posturas, nas denúncias policiais, entre outros meios, resultando em práticas e representações. Os lugares da construção destes discursos devem ser problematizados, buscando suas condições de produção, isto é, quem fala e para quem, em quais redes sociais está imerso, e contrastados com as práticas correspondentes (Lima & Vianna, 1996). A apropriação dos discursos, no entanto, não implica

necessariamente a construção de representações às quais se propõe. As práticas discursivas podem ser caracterizadas como “produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” (Chartier, 1990:27-28).

## SOBRE AS UNIDADES DOMÉSTICAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Os sítios arqueológicos que foram alvo deste exercício, correspondem a três unidades domésticas situadas, a primeira em área rural, a segunda em área de transição de rural para urbana e a terceira em área urbana.

Sobre as unidades domésticas repousa um grande potencial interpretativo: “casa-microcosmo”, “domínio privado por excelência”, “fundamento material da família e pilar da ordem social” (Perrot, 1991:307). São expressões que contêm elementos que fazem pensar sobre a unidade doméstica das sociedades ocidentais como a “unidade básica da produção social, reprodução, consumo e socialização” (Mrozowski, 1984:31). A casa, além de ordenar o meio físico, é o suporte material para a realização das práticas cotidianas e onde se pode perceber o exercício do poder através das táticas disciplinares do capitalismo (em processo de instalação no Brasil do século XIX), como também as “estratégias sutis de dominação e resistência de baixa visibilidade” (Lima, 1995).

Os estudos devem, necessariamente, abordar a unidade doméstica e estruturas relacionadas (como poços, cisternas, lixeiras, outras benfeitorias) enquanto um assentamento<sup>3</sup>, incluindo os elementos móveis, como os objetos que foram descartados originando os depósitos de lixo nos pátios das casas. Estes, resultados de rotinas diárias, são potencialmente reveladores das estruturas subjacentes da uma sociedade” (Lima, 1999:191). Soma-se a isto o fato de que o local em que o sítio doméstico

<sup>3</sup> Beaudry (1984) recomenda o uso do conceito *homelot*, ou conjunto doméstico, como uma estrutura do estudo arqueológico das unidades domésticas, visando recuperar todas as informações sobre as atividades do sítio.

está assentado e seus traços arquitetônicos e paisagísticos, são os restos das expressões materiais dos seus habitantes no passado, de como percebiam a si mesmos e afirmavam-se como grupo num mundo físico e social (Gibb, 1996). Ainda nesse sentido e corroborando a proposta deste texto, as unidades habitacionais são o espaço onde pode-se inferir as diferentes maneiras de apropriação dos discursos, concretizadas nas práticas culturais construídas e observadas na própria materialidade da vida doméstica.

Agora voltando aos sítios arqueológicos, de onde provém os dados empíricos: o primeiro, denominado Chácara da Figueira, situado no Morro Santana em área limítrofe entre os municípios de Porto Alegre e Viamão, foi estudado por um grupo de pesquisadores vinculados ao Museu Joaquim José Felizardo/SMC entre 1998 e 2000; o segundo, Solar Lopo Gonçalves, localizado no bairro Cidade Baixa, foi intensamente pesquisado por Symanski (1996, 1998a, 1998b, 2000) entre os anos de 1995 e 1997; o terceiro, identificado como Casa da Riachuelo, está assentado no centro histórico de Porto Alegre, pesquisado pelo Museu JJJF entre 1999 e 2001.

## A CASA DE UMA CHÁCARA NO MORRO SANTANA<sup>4</sup>

Nas “fraldas” do Morro Santana, em um terraço com vista para o leste (cidade de Viamão), foi desenvolvido um trabalho arqueológico através de coletas superficiais controladas, tradagens e escavação do interior de uma estrutura de pedras, correspondendo às fundações de uma casa de 62 m<sup>2</sup>, aproximadamente (Figura 1). A função de moradia é

sugerida pela presença de itens domésticos de uso cotidiano no interior e exterior da estrutura, bem como de fragmentos de janelas de vidro e telhas. A pesquisa na documentação primária forneceu dados exíguos sobre o(s) grupo(s) doméstico(s) que ocuparam a propriedade<sup>5</sup>. A escritura mais antiga existente é de 1918. Neste ano, Irineu Rodrigues de Vasconcellos vendeu a área descrita como “uma chácara na Estrada do Meio, Morro de Sant’Anna, compreendendo casa de madeira, galpão, benfeitorias e terreno”<sup>6</sup>. Percorrendo as certidões de casamento, constatou-se que Irineu, o transmitente, era pedreiro quando se casou em 1887, com 23 anos<sup>7</sup>. Como não existem registros anteriores sobre a área, torna-se difícil atribuir a propriedade à família de Irineu durante o período em estudo.

A “chacrinha”, como denominado por moradores antigos da região, manteve-se com as mesmas dimensões (385.893 m<sup>2</sup>) entre 1918 e 1988, passando por vários proprietários<sup>8</sup>. Esta região permaneceu rural até o final da década de 40, mas somente a partir de 1953 ocorreu a ocupação efetiva dos altos da atual Avenida Liberdade, a leste do sítio (Inventário Participativo de Viamão, p.43). O acesso à moradia identificada dava-se por um antigo caminho denominado pelos moradores locais de “Beco da Solidão” ou “Beco das Carretas”, fazendo a ligação com a antiga Estrada Caminho do Meio (assim denominada até 1936), atual Avenida Protásio Alves e Estrada do Mato Grosso (atual Bento Gonçalves), ambas levando a Viamão. O caminho, no declive do morro e rodeado de mato, parece ter sido escavado, apontando para o seu uso como passagem de tropas ou carretas.

<sup>4</sup> A pesquisa sobre este sítio fazia parte de um projeto sobre os primeiros povoadores luso-brasileiros de Porto Alegre, desenvolvido por meio do Termo de Cooperação Técnica, firmado entre a PMPA/SMC e a UFRGS/IFCH, 1998-(1999).

<sup>5</sup> A pesquisa documental foi realizada pela acadêmica de História Márcia da Costa, estagiária do Museu Joaquim José Felizardo/SMC.

<sup>6</sup> Escritura Pública de Compra e Venda mais antiga existente nos Registros de Imóveis, datada de 01/04/1918, Livro 3-H, f. 362, n. 29.335, 1ª Zona.

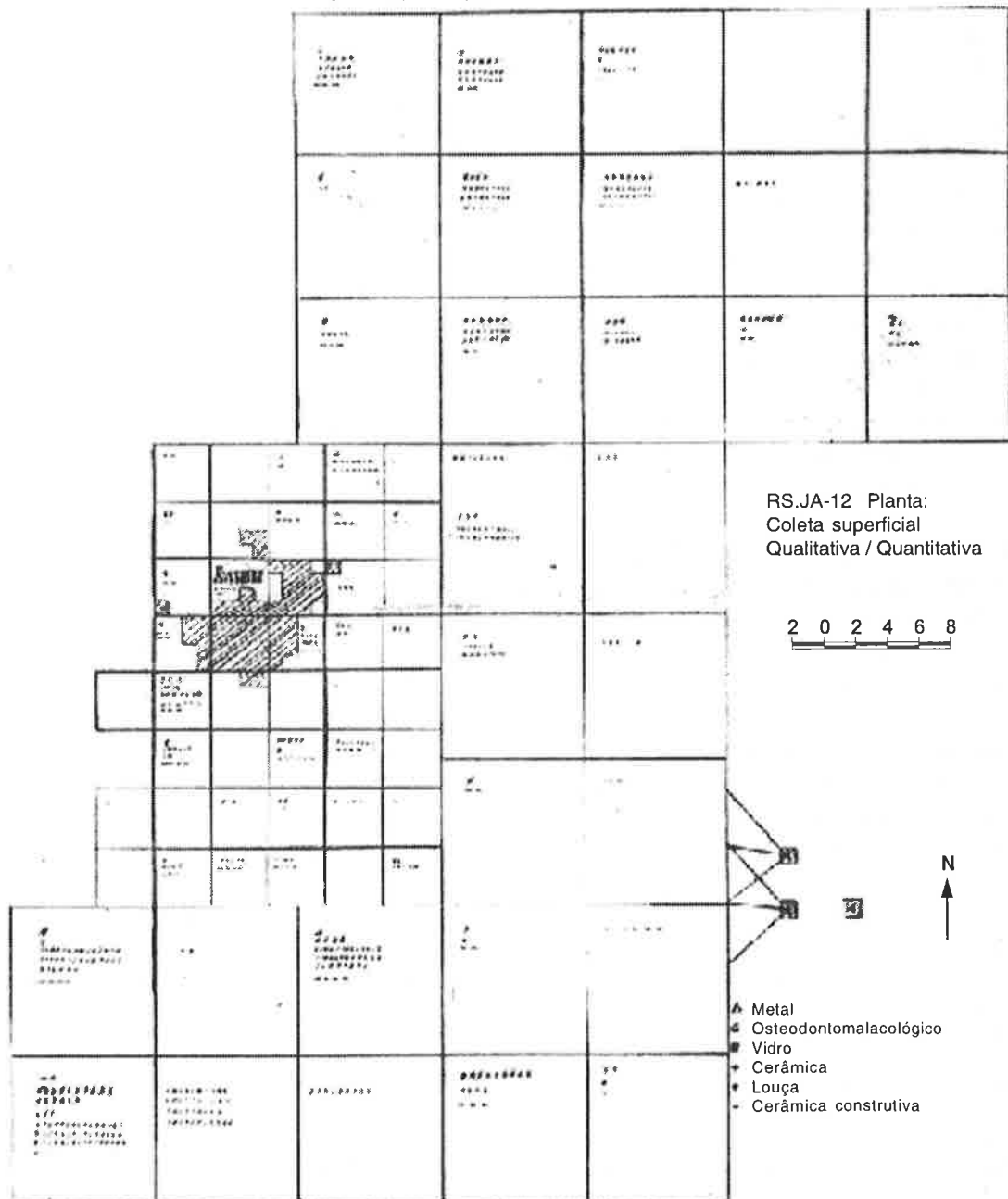
<sup>7</sup> Cúria Metropolitana, C-Dores, Livro N.3, 1884-1891, p.49-50.

<sup>8</sup> Informações obtidas em escrituras públicas de compra e venda, nos Registros de Imóveis da 1ª, 2ª e 3ª Zonas, Porto Alegre.

O descarte do refugo doméstico secundário (Schiffer, 1972) foi evidenciado nos declives direcionados a nordeste, sul e sudeste, nas áreas fronteiriças à unidade de habitação, bem como nas mais afastadas (Figura 1). Estes lençóis de refugo apresentaram maior concentração de louça e vidro. O material metálico foi encontrado em maior quantidade no interior da estrutura ou junto às fundações, do lado

externo (foice, faca, ferradura, lima, etc.). Toda a área em que foi realizada a coleta sistemática controlada pela malha de quadros sofreu ação antrópica. O cultivo de mandioca, por exemplo, levou à superfície o material descartado como lixo pelos moradores da unidade doméstica, acentuado pelo declive do terreno e o processo erosivo. Observou-se uma ampla dispersão deste material, não sendo locali-

**Figura 1** - Planta do Sítio Chácara da Figueira (RS.JA-12) com a malha de quadros para coleta superficial controlada, área da escavação arqueológica e densidade de materiais.



zado um local determinado para a deposição do lixo, como por exemplo em buracos destinados a este fim. A análise do material arqueológico<sup>9</sup> apontou para um período de ocupação mais intenso da unidade doméstica entre 1828 e 1903<sup>10</sup>.

Trazendo o tema da saúde e cuidados com o corpo dos ocupantes desta unidade doméstica, o consumo de remédios está representado por frascos de vidro que poderiam conter líquidos ou pílulas, como os de pescoço longo e os de bocas largas e tampas de rosca. Dentre estes frascos, alguns podem ser relacionados à perfumaria. Nenhuma evidência de peças relacionadas à prática da medicina hipocrática foi recuperada, como urinóis, escarradeiras e recipientes que continham óleo de rícino ou outros produtos laxantes.

### O SOLAR LOPO GONÇALVES<sup>11</sup>

A casa de porão alto, conhecida como Solar Lopo Gonçalves, foi construída entre 1845 e 1855 por um rico comerciante português. Durante sua primeira ocupação, situava-se em uma área periférica do centro urbano, sede de uma chácara de lazer e produção. Seu primeiro proprietário, Lopo Gonçalves Bastos, residia num sobrado da Rua da Praia e atuava no ramo comercial: possuía um armazém de secos e molhados, comercializava escravos e dedicava-se a empreendimentos imobiliários, acumulando uma considerável fortuna para os padrões da Província<sup>12</sup>. Além disto, envolvia-se em atividades políticas como vereador, foi um dos fundadores do Banco da Província do Rio Grande do Sul em 1858 e da Praça do Comércio de Porto Alegre, como também se destacou em ações filantrópicas.

Com sua morte em 1872, o Solar foi herdado por seu sobrinho e genro - Joaquim Gonçalves - igualmente um comerciante português bem sucedido. No último quartel do século

XIX, a edificação foi integrada à malha urbana em função da expansão da cidade, tornando-se, provavelmente, residência da filha de Lopo e sua família. Esta propriedade permaneceu com os herdeiros de Lopo Gonçalves até 1946. Inicialmente com quatro peças, segundo os modelos das residências coloniais, foi sendo ampliada ainda durante a ocupação do seu primeiro dono, como um recinto ao lado da sala de jantar dando acesso a um torreão e um terraço. Symanski (1998a) deduz que a última ampliação tenha ocorrido durante a ocupação de Joaquim Gonçalves: um amplo cômodo transversal ao restante do prédio, fechamento do terraço e de um pátio interno indicando, provavelmente, o uso do Solar como residência principal da família. Esta caracterização do grupo doméstico é fundamental para que se perceba a sua inserção sócio-cultural na sociedade porto-alegrense oitocentista. Symanski (idem) analisa estes dados com maior profundidade e interpreta a posição da unidade doméstica (seus membros, a edificação, os vestígios arqueológicos) no contexto histórico.

Os depósitos de lixo do século XIX, identificados e escavados no pátio do Solar, indicam que os dejetos eram descartados principalmente em dois pontos preferenciais, podendo ser caracterizados como lixeiras (Figuras 2 e 3). O primeiro é adjacente à estrutura de habitação, sendo o refugo provavelmente jogado na superfície no terreno. O segundo, numa área mais distante do prédio, é limitado espacialmente num buraco de lixo. No primeiro ponto de deposição de refugo foi encontrada uma grande variedade de materiais, como ossos, fragmentos de peças de louça e vidro, e objetos metálicos em tamanhos maiores do que os aleatoriamente jogados no terreno. Estes possivelmente tenham sido pisoteados por pessoas e animais após seu descarte. O fato desse primeiro ponto conter uma proporção maior de

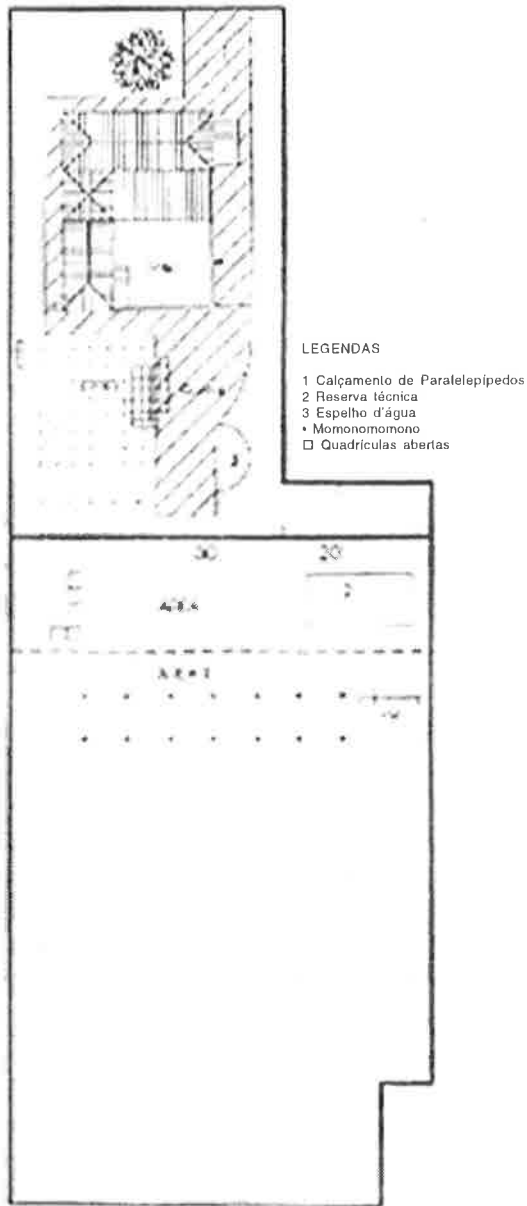
<sup>9</sup> A análise do material arqueológico contou com a participação do acadêmico de História Diogo Meneses Costa, estagiário do Museu JJF entre 1999 e 2000.

<sup>10</sup> Aplicação do método quantitativo de South, através do gráfico de barras (South, 1978).

<sup>11</sup> As informações sobre este sítio foram extraídas de Symanski (1998a), cuja pesquisa de campo e laboratório no Solar Lopo Gonçalves resultou na sua dissertação de mestrado em História, PUCRS.

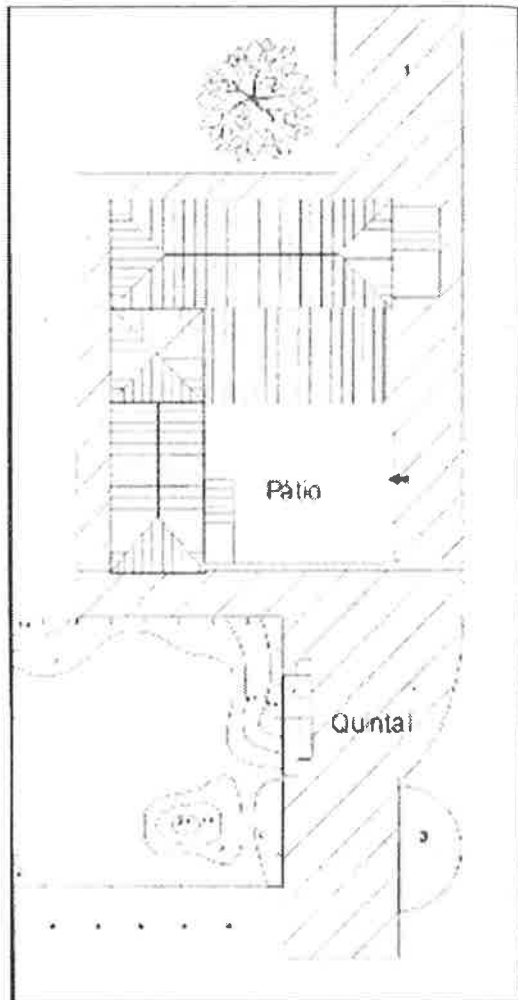
<sup>12</sup> O inventário pós-morte (1878) avaliou seu patrimônio em 236.536\$500 (Symanski, 1998a:96).

**Figura 2** - Planta baixa do Sítio Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04) e localização das intervenções arqueológicas (Symanski, 1998a:133).



fragmentos grandes, sugere que teve uso exclusivo para depósito de lixo. No segundo ponto foi recuperada uma grande amostra de restos alimentares (ossos) e dois fragmentos de louça em *ironstone*, popular somente após 1870<sup>13</sup>. Provavelmente esta informação aponte para a relação deste buraco de lixo com a se-

**Figura 3** - Mapa de densidade de material arqueológico obtido com os dados das tradagens (Camada II), do Sítio Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04) (Symanski, 1998a:151).



gunda ocupação do Solar (último quartel do século XIX) (Symanski, 1998a, 2000). Já correspondentes ao século XX, foram identificados bolsões de refugio de lixo. Houve uma mudança nos pontos de descarte e uma maior tendência em depositar o refugio em buracos próprios para este fim. A análise dos vestígios arqueológicos apontou um período de ocupação do Solar entre 1840 e 1892. O estudo dos dois grupos domésticos revelou, dentre outros aspectos, a ostentação da riqueza e posição social dos membros da família através da pos-

<sup>13</sup> Material proveniente de uma pequena sondagem. O buraco de lixo, na sua totalidade, não foi escavado (Symanski, 1998a).

se e exibição de objetos de uso cotidiano pelo grupo identificado com a segunda ocupação do Solar.

O material arqueológico relacionado aos cuidados com o corpo e saúde revelaram práticas correntes no Brasil do século XIX, como as ligadas à crença na medicina hipocrática e o consumo de panacéias. Foram recuperados fragmentos de urinóis de faiança fina (7), escarradeiras (2), garrafas azul-cobalto de óleo de rícino (3) e um frasco de pílulas norte-americanas (*Ayer's pills*), os dois últimos exercendo função de laxantes (Symanski, no prelo). Além destes objetos, com a função de conter substâncias, foi recuperado um cabo de escova de dente em osso. O seu uso associado à Teoria dos Humores pode ser inferido pela recomendação, no segundo quartel do século XIX, da escovação dos dentes a partir dos doze ou treze anos. Dessa idade em diante, em função da digestão dar-se mais lentamente, haveria maior propensão para a criação de cáries. Acreditava-se que a deteriorização dos dentes era acarretada pela má digestão, por problemas internos, levando à aplicação de clisteres ou laxativos para a evacuação, evitando as cáries, halitose, etc. (Sant'Ana, 2000).

## A CASA DA RIACHUELO

Em uma das ruas mais antigas de Porto Alegre, denominada Riachuelo, foi construída uma casa de porão alto ou assobradada<sup>14</sup>. Transformada posteriormente em sobrado, foi edificada sobre um acive em um lote urbano de 4,5 m de largura por 41 m de profundidade. Provavelmente já a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, as dependências da edificação foram sendo ampliadas sobre o antigo pátio, onde foi localizada uma área de descarte do lixo doméstico. A documentação escrita primária<sup>15</sup> não forneceu dados sobre os moradores desta casa. O primeiro registro

de pagamento de imposto municipal ocorreu em 1893 no nome de seu então proprietário, um negociante português chamado Joaquim Pereira Martins. Somente no inventário de sua esposa, Angelina Cardoso Martins, em 1911, aparece novamente referência à casa: “uma casa assobradada na Riachuelo 133 com 3 aberturas na frente no valor de 4.500\$000”<sup>16</sup>. Considerando que no inventário de Angelina (1911) e no de Joaquim Pereira Martins (1919) estão arrolados vários imóveis, entre eles um sobrado com cinco aberturas na sua parte superior quase ao lado da casa em questão, provavelmente seus proprietários não morassem nesta edificação. As informações apontam para a possibilidade de Angelina tê-la recebido por herança, embora não conste no inventário do pai que morreu em 1888. Casada com Joaquim em 1889, o casal poderia viver das rendas obtidas com os aluguéis das propriedades e, ainda, de uma taverna localizada também na área urbana central, Rua Demétrio Ribeiro. Sobre os prováveis inquilinos da Casa da Riachuelo, entretanto, não existe documentação escrita. A inserção dos dados obtidos da análise da louça - faiança fina, faiança, porcelana, *ironstone* e grés - e do material vítreo num gráfico de barras, apontou para uma ocupação mais intensa da edificação entre 1828 e 1880<sup>17</sup>, período anterior ao casamento de Angelina e Joaquim. De posse destas informações, o que se pode inferir é que o período obtido pela amostra arqueológica, não corresponde aos dados disponíveis sobre os proprietários da casa.

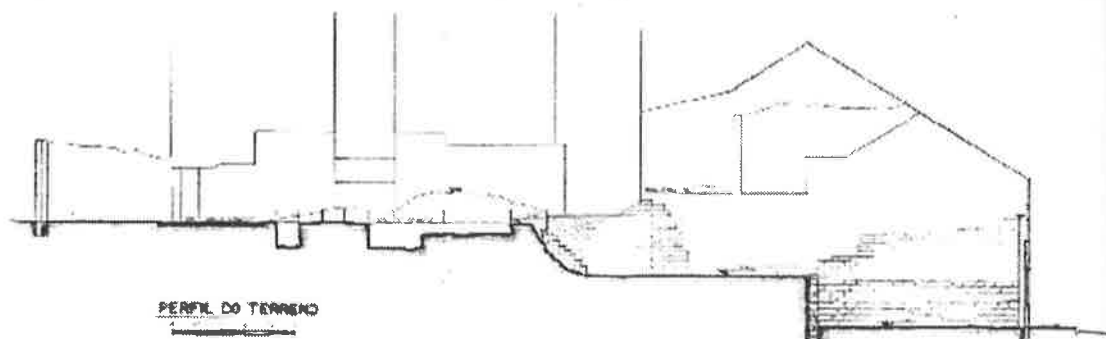
As dimensões do assobradado foram se transformando ao longo do tempo. Inicialmente constituía-se em uma pequena moradia, com 8,5 m de profundidade, observada nos vestígios do telhado que sobreviveram na parede do edifício ao lado. Posteriormente foi ampliada em um terraço, devido ao acive do terreno,

<sup>14</sup> Informações presentes no livro de registro de pagamento de impostos de 1893, Arquivo Público Municipal;

<sup>15</sup> A pesquisa documental foi realizada pelo acadêmico de História Paulo Alexandre da Graça Santos, estagiário do Museu JFJ entre 2000 e 2001.

<sup>16</sup> 1º Cartório, Juízo de Orfãos, Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (Arquivo Público do Estado).

<sup>17</sup> Período obtido pelo gráfico de barras proposto por South, 1978.

**Figura 4** - Perfil do Sítio Casa da Riachuelo (RS.JA-17).

em mais 11 m. Atualmente, embora em ruínas como o restante da estrutura, existe uma escada que dava acesso ao pátio. Esta porção superior do terreno, situada num terceiro terraço, recebeu ampliações no século XX, visíveis nos pisos e restos de paredes (Figura 4).

No antigo pátio do assobradado foi localizado um depósito de lixo, concentrado em 6 m<sup>2</sup>, referente à ocupação do século XIX. Esta estrutura foi intensamente escavada e sua extensão foi delimitada pela realização de duas trincheiras ao sul e norte do local de descarte, bem como de tradagens (Figura 5). Situado abaixo de uma capa de cimento e um contra-piso do século XX, o depósito estendia-se por 50 cm de espessura, caracterizando-se como um buraco de lixo. Esta área de descarte, contendo refugo secundário (Schiffer, 1972), pode estar relacionada à ocupação mais antiga, quando a casa possuía menores dimensões, ou ao período relacionado à sua ampliação no segundo terraço. Em qualquer um dos casos, porém, o refugo caracteriza-se como periférico (South, 1977), tendo em vista o deslocamento das pessoas para a porção superior do terreno.

Quanto ao material arqueológico exumado desta lixeira doméstica<sup>18</sup>, os objetos cujas funções estão relacionadas à crença na medicina hipocrática, estão representados por fragmentos de urinóis de faiança fina (5), de frascos de remédios que poderiam conter líquidos ou pílulas, com pescoço longo ou com bocas lar-

gas e uma escova de dentes em osso. Alguns recipientes de vidro na cor azul cobalto estão presentes, podendo ter armazenado óleo de rícino usados como laxantes.

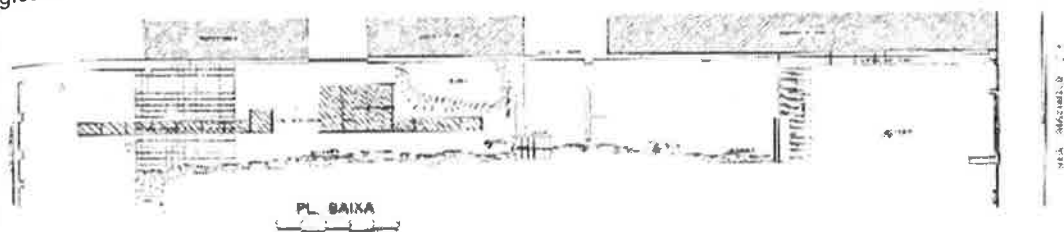
### **SOBRE AS PRÁTICAS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES: POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO**

Trazendo agora as noções de apropriação, prática e representação (Chartier, 1990, 1991, 1996), apresento uma interpretação possível do que foi observado e recuperado nos sítios arqueológicos apresentados.

Segundo Chartier (1996), cada leitor dá um sentido que pode ser singular ou partilhado aos textos que se apropria, a partir de suas referências pessoais, sociais, históricas ou existenciais. Esta mesma perspectiva pode ser pensada sobre a interpretação dos discursos, no momento em que a noção de apropriação, para o autor, “postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção”, permite ver a “maneira contrastante como os grupos ou os indivíduos fazem uso dos motivos ou das formas que partilham com os outros”(idem, 1990:136). As produções discursivas veiculam e constroem práticas e representações, mas estas intenções, no entanto, não “compõe uma estrutura rígida da qual os indivíduos não podem libertar-se. Se o partilhamento de representações é base de toda vida social, inclusive para que se instituem identidades contrastivas, tal nem nega a possibilidade de ação muitas

<sup>18</sup> As análises laboratoriais contaram com a participação dos acadêmicos de História Paulo Alexandre da Graça Santos, Diogo Meneses Costa e Rodrigo Bragio Bonaldo.

**Figura 5** - Planta do Sítio Casa da Riachuelo (RS.JA-17), com a localização das intervenções arqueológicas.



vezes fora de padrões preestabelecidos dos atores sociais nem quanto se reinventam cotidianamente pela prática esses sistemas de significados” (Lima & Vianna, 1996:141).

A apropriação diferenciada dos discursos vai criar distâncias nas práticas, e estas “são sempre criadoras de usos e representações, que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e das normas” (Chartier, 1990:136). A noção de representação aqui pode ser utilizada no sentido em que as representações coletivas, ao mesmo tempo em que são matrizes construtoras da ordem social, que comandam atos, são elaboradas através de um cruzamento com as práticas sociais. A representação coloca-se, nesta perspectiva, como “a representação de algo moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais” (Furetière, *apud* Chartier, 1991:184), isto é, nos significados simbólicos construídos a partir da apropriação dos discursos, dos materiais que circulam em uma sociedade e o exercício de práticas que não necessariamente sejam redutíveis à norma, à disciplina, aos discursos regradores. Há uma distância entre estes e as práticas, um espaço no qual se constrói os sentidos (Chartier, 1990:127), as identidades sociais, a representação que cada grupo faz de si mesmo marcando sua existência, sua forma de ser e estar no mundo.

A partir do século XIX as sociedades modernas constituem, em torno da busca de coesão do corpo social, restrições disciplinares com seus discursos próprios. As disciplinas, criadoras de aparelhos de saber, são portadoras

de um discurso que é o da regra, da norma, da verdade (Foucault, 1985:189). O enunciado, com suporte e distribuição institucional, “tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coersão” (Foucault, 1998:18). Essa verdade veiculada submete, no momento em que ela “é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder” (Foucault, 1985:181). Os enunciados médicos, já no final do século XVIII na Europa e também no século XIX no Brasil, são um exemplo do funcionamento de uma sociedade alicerçada no poder disciplinar, fundamentando e justificando as práticas higienistas.

As produções discursivas vinculadas aos procedimentos cotidianos em relação com o corpo e as medidas higienistas em voga no século XIX, produziram práticas e representações profundamente arraigadas à crença na medicina hipocrática e à ideologia sanitaria. Pode-se ter uma idéia da penetração de tais práticas nas propagandas veiculadas na imprensa escrita de Porto Alegre, como o anúncio da venda de “Bixas” vindas da Europa. A sangria, provocada neste caso pelas sanguessugas, poderia ser feita a qualquer hora do dia ou da noite numa barbearia da Rua da Praia<sup>19</sup>, com o objetivo de evacuar os quatro humores que estão dentro das veias, movendo-os, refrescando e ventilando o corpo (Lima, 1996). O comércio de panacéias também era amplamente divulgado: venda da Panacéia de Swain (também purgante de Le-Roy)<sup>20</sup>, “águas de pedras salgadas de Portugal”, utilizadas nas

<sup>19</sup> Jornal “O Mercantil”, Porto Alegre, 29 de novembro de 1852, p.4.

<sup>20</sup> Jornal “O Annunciante”, Porto Alegre, 16 de agosto de 1835.

“moléstias do estômago, intestinos, fígado, rins e bexiga” bem como no tratamento de “diabetes, gota, anemias e padecimentos da pele”.<sup>21</sup>

Já os discursos médicos encontraram um campo fértil para seu princípio em meados do século XIX no Brasil. Em Porto Alegre, ao longo da primeira metade do século já surgiam inúmeros problemas relacionados ao saneamento e destino do lixo urbano. Saint’Hilaire, em sua visita à cidade entre 1820 e 1821, teceu comentários quanto à sua imundície:

“... poucas casas possuem jardins e muitas não têm mesmo pátio, redundando isso no grave inconveniente de serem atiradas à rua todas as imundícies, tornando-as de uma extrema sujeira. As encruzilhadas, os terrenos baldios e principalmente as margens do lago são entulhadas de lixo (...)” (Saint’Hilaire, 1939:79)

Várias iniciativas foram tomadas pela Câmara Municipal com relação ao descarte do lixo urbano neste período. Durante os anos da Revolução Farroupilha, com a cidade sitiada, os problemas agravaram-se e, em 1837, o Código de Posturas Policiais designou dez pontos para os despejos de “ciscos e imundícies” ao longo da orla do Guaíba<sup>22</sup>, sendo revogado em 1842 num dos pontos estabelecidos<sup>23</sup>. Na segunda metade do século, a preocupação com a limpeza urbana tornou-se cada vez mais alvo das atenções da administração pública. O governo imperial, através Decreto nº 828 de 29 de setembro de 1851, criou Comissões de Higiene Pública em algumas províncias, dentre as quais o Rio Grande do Sul, mandando executar o Regulamento da Junta de Higiene Pública. Em 1857, com novo Decreto (nº 2052) em função da epidemia da cólera *morbus*, as Comissões foram substituídas por um Inspetor de Saúde Pública (Macedo, 1982). No Ato de cinco de fevereiro de 1868 da Câmara

Municipal, os moradores da capital eram obrigados a conservar limpos seus pátios, quintais e porões (Thiesen, 1999).

Somente em meados da década de setenta do século XIX, novamente com a cólera *morbus*, foram tomadas medidas definitivas quanto ao serviço sanitário. Em 1875 vinte e cinco médicos foram solicitados a dar orientações de combate à cólera. Em cinco de janeiro de 1876, foi enviado um ofício à Câmara Municipal de Porto Alegre com as seguintes medidas: “limpeza das ruas da cidade; fiscalização do estado de conservação dos alimentos fornecidos à população; proibição dos despejos nos quintais; proibição de despejos de matérias fecais nas praias da cidade; encanamento para esgoto de matérias fecais e completar e fazer cumprir as Posturas Policiais” (Thiesen, 1999:70). No mesmo mês o Inspetor Geral da Saúde Pública aconselha a proibição de despejos nos pátios, nos acessos às casas e visitas sanitárias. Em 07 de outubro de 1876, a Câmara obriga às moradias situadas na área de limpeza pública, a colocarem na frente das suas casas recipientes com ciscos e cascas de frutas para serem despejados diariamente em carroças (ibidem<sup>24</sup>). A implementação desta medida – limpeza da cidade e condução de águas servidas e matérias fecais – deu-se através de concorrência pública. Os dejetos eram transportados em cilindros de madeira, chamados cubos ou cabungos (Macedo, 1982). Em 1878 a Câmara decide que os descarregamentos do lixo deveriam ser feitos nos trapiches existentes no litoral norte e sul, em uma pequena península (Ponta do Dionísio) e na Ponte do Riacho (Macedo, 1982).

Após 1887, vários foram os encaminhamentos sobre o destino do lixo urbano, sendo que em 1898 houve a criação de um serviço

<sup>21</sup> Jornal “Correio Mercantil” n.11, Pelotas, 13 de janeiro de 1893, p.8 (In Symanski, 1998b:82).

<sup>22</sup> Código de Posturas Policiais estabelecido pela Câmara Municipal, Cap.50, editadas em 1838 (Arquivo Histórico Moisés Velhinho).

<sup>23</sup> Código de Posturas Policiais estabelecido pela Câmara Municipal, Cap.51, 1842 (Arquivo Histórico Moisés Velhinho).

<sup>24</sup> CCPM, 1831 a 1878:31, AHMV

regular de limpeza pública pelo município (Thiesen, 1999). Ainda no final do século, as pessoas que mantivessem cloacas em seus quintais, que não conservassem em bom estado os canos de esgoto ou que colocassem entulhos sobre o lajedo de suas casas, eram multadas. Para a coleta das fossas móveis ou cubos uma ou duas vezes por semana, era exigida uma assinatura com a Intendência. Ainda no final do século XIX, muitos prédios não usufruíam deste serviço dispendioso para os moradores (Bittencourt, 1996).

Estas rápidas pontuações sobre a inserção de Porto Alegre no contexto dos discursos e práticas relacionadas à saúde e higiene, provocam uma pergunta: todos os grupos sociais partilhavam das mesmas práticas e discursos? E as representações veiculadas por estes, eram igualmente apropriadas ou construídas?

Fazendo algumas inferências com o universo empírico levantado para este exercício, provavelmente o grupo doméstico vinculado à família de Lopo Gonçalves aponte para a apropriação das tradicionais práticas europeias ligadas aos cuidados cotidianos com o corpo, relacionados à medicina hipocrática: presença de escova de dentes com uso relacionado a uma boa digestão, de recipientes próprios para a excreção dos humores pelos orifícios inferiores e superiores do corpo, como os urinóis para recolhimento das matérias fecais e as escarradeiras ou escupideiras, respectivamente, e frascos que continham substâncias laxantes. As escarradeiras eram destinadas a aparar salivas e catarros produzidos em excesso pelo organismo, provocados também pelo hábito de mascar o fumo, informando sobre a importância que as sociedades oitocentistas “atribuíam ao ato de cuspir, de escarrar, de expelir o que consideravam nocivo ao corpo” (Lima, 1996:68). Symanski (1998b) observou a presença destes objetos em inventários, ates-

tando seu uso comum nas residências do período em Porto Alegre<sup>25</sup>.

Da mesma forma, as práticas de descarte do lixo cotidiano no pátio do Solar, podem indicar certa incorporação das medidas sanitárias veiculadas pelo discurso higienista, principalmente considerando o período de uma maior disciplina correspondente às últimas décadas dos oitocentos. Embora o refugo doméstico fosse descartado aleatoriamente nos fundos da edificação, percebido pela coleta superficial e tradagens no terreno, de meados do século XIX até o início do último quartel os depósitos de lixo eram feitos, preferencialmente, próximos à estrutura de habitação. A dimensão dos fragmentos indica que a área não sofreu pisoteamento pelas pessoas ou animais que por lá circulavam, demonstrando uma preocupação com o seu isolamento. Já por volta de 1870, com a difusão das regras de higiene, com o combate incessante à insalubridade, os residentes do Solar passaram a depositar os dejetos em um buraco apropriado para este fim, numa porção do terreno um pouco mais periférica, preservando-os da visão e do olfato. Provavelmente esta atitude esteja relacionada à intensa campanha de saneamento e fiscalização no interior das casas com relação ao trato com o lixo, associado com a formação de miasmas e surgimento de epidemias<sup>26</sup>. A manutenção dos restos cotidianos no próprio terreno da habitação pode ter-se dado em função de que a área de limpeza pública sujeita à coleta por carroças a partir de 1876, não compreendia a parte da cidade na qual o Solar estava localizado<sup>27</sup>. Por outro lado, pode sugerir a manutenção de uma prática cotidiana arraigada, resistente às mudanças de certos princípios e visão de mundo. Isto pode ser indicado pela existência, ainda em boa parte do século XX – os descendentes de Lopo Gonçalves Bastos viveram na propriedade até 1942 – de buracos de lixo no

<sup>25</sup> Conclusões apresentadas por Symanski, 1998 b.

<sup>26</sup> Conclusões apresentadas por Symanski, 1998a, 2000.

<sup>27</sup> “Área entre a Rua da Conceição, Voluntários da Pátria, Sete de Setembro, Praia do Arvoredo, Varzinha, Olaria até o Beco do Firma, Praça da Independência, Rua da Misericórdia até a Conceição (CPM, 1831 a 1878). F. 31, AHMV” (Thiesen, op.cit.:229).

pátio, período em que a Cidade Baixa já estava densamente povoada, urbanizada. Segundo Monteiro (1995), com a expansão do perímetro urbano para os arraiais no final do século XIX, os serviços urbanos – coleta de lixo, limpeza urbana, etc.- ampliaram sua rede de ação, atingindo na época antigo Areal da Baronesa.

Os grupos domésticos que habitaram o assobradado da Rua Riachuelo, no período compreendido pela amostra recuperada da lixeira, parecem ter partilhado, como o anterior, das práticas correspondentes à medicina hipocrática. Urinóis, escova de dentes e frascos de remédios em azul cobalto relacionados a laxantes, vem indicar a possibilidade da incorporação dos enunciados em voga sobre a crença no equilíbrio dos humores, trazidos do continente europeu alguns séculos atrás.

No mesmo sentido com relação aos discursos higienistas, médicos. O descarte do lixo doméstico, cotidiano, era feito no pátio da casa em um buraco apropriado para este fim ou em uma concavidade natural do terreno. O lixo ficava resguardado da sua visibilidade pelos moradores da residência, até por estar em posição periférica. As amostras de louças e objetos de vidro indicaram a formação do depósito entre 1828 e 1880, poucos anos depois do início da coleta dos dejetos pela municipalidade. Este dado sugere obediência, mesmo que tardia, às regras disciplinadoras considerando que, no ano de 1875, já havia recomendações do Inspetor Geral da Saúde Pública para que as casas recebessem “visitas sanitárias”<sup>28</sup>. Estes dados apontam para a possibilidade dos moradores da casa da Riachuelo abandonarem sua prática em depositar seus restos cotidianos no pátio e sujeitarem-se à nova norma, aos novos preceitos higienistas. O recolhimento do lixo pelas carroças abrangia, principalmente, a área central da cidade, mais antiga e mais urbanizada.

O grupo doméstico que habitou a chácara no Morro Santana, por sua vez, parece ter fi-

cado à margem das orientações e práticas relacionadas à saúde e higiene em voga. A ausência de objetos que relacionam-se à medicina hipocrática e o descarte do lixo na área circundante à moradia (adjacente e periférico) de forma aleatória provavelmente vêm atestar esta possibilidade. No entanto, foram identificados recipientes de remédios, entre os quais possivelmente panacéias, entre 1870 e 1903. O período de maior consumo dos remédios fraudulentos, ocorreu entre 1850 e 1900 nos Estados Unidos, sem qualquer controle sobre sua venda. No Brasil também foi amplo o seu uso, como pode-se observar nos anúncios de jornais (Symanski, 1998b). Como o período de ocupação da propriedade, indicada pela amostra arqueológica, abrangeu de 1828 a 1903, poderia-se esperar que as práticas do(s) grupo(s) doméstico(s) acompanhassem as profundas mudanças que estavam ocorrendo. Uma explicação possível pode ser a distância da chácara da área urbana – tanto de Viamão, mais próxima, como de Porto Alegre, já capital da Província - preservando-a da fiscalização e imposição das novas regras sanitárias ou mesmo do conhecimento de tais práticas. Viamão havia sido capital da província entre 1863 e 1773, tornando-se vila em 1880. A região era permeada de estâncias e chácaras com plantações de árvores frutíferas, mandioca, entre outros produtos. Segundo Sain't Hilaire em 1820 (1939:46), Viamão estava em processo de abandono desde a fundação de Porto Alegre, “melhor situada sob o ponto de vista comercial”. Apesar das distâncias espaciais, fica difícil conceber que seus moradores desconhecêssem os preceitos da medicina hipocrática, tão disseminados por todos os cantos.

Uma interpretação essencialmente econômica reduziria as possibilidades de explorar outros campos. Poder-se-ia colocar que as representações veiculadas pelos discursos foram apropriadas como suas pelos grupos domésticos do Solar Lopo Gonçalves, pelo fato

<sup>28</sup> Ofício de 11 de janeiro de 1876 à Câmara Municipal de Porto Alegre (Thiesen, op.cit.)

de pertencerem à elite porto-alegrense, ligados ao comércio, possuem um *status* sócio-econômico demonstrado pela ostentação da sua riqueza e posição social através da posse e exibição de sua residência e de objetos de uso cotidiano. De forma semelhante, também, com relação aos habitantes da casa da Riachuelo. Apesar de inexistirem informações históricas sobre a posição social destes, a diversidade da cultura material presente na lixeira indica que o grupo não estava à margem das práticas sociais da época. A moradia, embora pequena inicialmente, era assobradada e localizada em uma posição privilegiada da cidade. Sobre a chácara do Morro Santana, ao contrário, os seus moradores, vinculados a um grupo social distinto economicamente, com menos posses indicadas pelos vestígios arqueológicos, não poderiam usufruir da mesma forma dos bens materiais importados (como os urinóis, escarradeiras) e, como grupo ligado à produção rural, estaria à margem das representações construídas em prol do fortalecimento da burguesia e, conseqüentemente, do capitalismo em expansão no Brasil.

Como coloca Chartier (1996), os indivíduos constroem sentidos e significações a partir das suas experiências, tradições, referências. Os discursos partilhados, que circulam entre os segmentos sociais, podem ser apropriados de diferentes formas, produzindo práticas e representações singulares.

Segundo Bourdieu (1992) a adoção de práticas e representações dos agentes dão-se e modificam-se segundo sua posição social e seu *habitus*. O mundo social é construído com princípios de visão e de divisão diversos, como os econômicos e étnicos (idem, 1990). Sendo assim, o *habitus* propicia um mundo de senso comum que se refere a uma relativa homogeneidade dos *habitus* (de classe ou grupo), assegurada pela internalização das representações objetivas, pelos indivíduos, segundo suas posições sociais (Ortiz, 1983). Ao comentar Bourdieu, Cucho (1999) coloca que esta homogeneidade torna inteligíveis e previsíveis as preferências e as práticas sem, contudo, negar a diversidade em vista de que os indiví-

duos ou grupos possuem suas trajetórias pessoais acumuladas pelas gerações e interiorizadas.

O *habitus* produz práticas e representações que são percebidas por agentes detentores do mesmo código, isto é, dos esquemas classificatórios para compreensão do sentido social. Sendo assim, os agentes se auto-classificam em conformidade com seus gostos (Bourdieu, 1990:159). Chartier (1990:137) emprega o conceito de *habitus* de Bourdieu, quanto trata da apropriação, assinalando as diferenças no uso partilhado dos bens ou idéias: o gosto, a propensão e a aptidão para a apropriação (material e ou simbólica) de determinados objetos ou de práticas estão na gênese do estilo de vida, conjunto de preferências distintivas que exprimem, nos espaços simbólicos, a mesma intenção expressiva. "(...) as práticas contrastantes devem ser entendidas como concorrências, que as suas diferenças são organizadas pelas estratégias de distinção ou de imitação e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraizam nas disposições dos *habitus* de cada grupo" (Chartier, 1990:137).

As escolhas e estilos de vida distintos participam da definição das práticas culturais e a existência dos objetos no contexto doméstico. Considerados como "instrumentos de ação social, refletindo e influenciando relações sociais, comunicando simbolicamente identidades, hierarquia e poder", atuam como "marcas simbólicas de distinção, apontando *quem é quem*" (Lima, 1995:132).

A partir destas reflexões, me aventuro a colocar que as práticas ligadas à saúde e higiene das três unidades domésticas, inferidas nos contextos observados e materiais recuperados, informam sobre a posição sócio-cultural, o *habitus*, que cada uma possuía no contexto da Porto-Alegre oitocentista, marcando de "modo visível" a sua existência (Chartier, 1991:183). Na mesma direção tais práticas são criadoras de representações (e vice-versa) próprias dos grupos sociais que, por um lado estão vinculados aos valores culturais e visão de mundo de uma burguesia em processo de

fortalecimento, inseridos na vida urbana e tudo o que lhes é acessado através das estratégias de consumo próprias do capitalismo em expansão compartilhando, portanto, de representações e práticas que lhes são correspondentes; por outro, vinculados a ações diferenciadas daquelas que os discursos em voga divulgavam, às opções, gostos e tradição cultural de indivíduos pertencentes a grupos ambientados à vida rural, com outros códigos e significações, não partilhando dos mesmos discursos, práticas e representações. A posição espacial das três residências e a sua proximidade ou distância dos discursos e representações por eles veiculados, favorece uma leitura através da relação núcleo central versus periferia. O primeiro corresponde ao centro econômico e político, detentor de riqueza e poder. Segundo Cressey et al (1982), nas áreas centrais, onde são mais intensas as atividades comerciais e governamentais, geralmente a densidade, variedade e acesso à cultura material são maiores. O mesmo pode-se colocar com relação à produção, acumulação e circulação dos enunciados e as forças que interagem para a apropriação das representações as quais se propõe retomando, aqui, o poder disciplinar instituído pela sociedade burguesa em ascensão (Foucault, 1985). Sob esta perspectiva, os grupos domésticos situados na área urbana central (assobradado da Riachuelo) ou proximalmente relacionados (como Lopo Gonçalves e

seus descendentes), estariam mais sujeitos à apropriação dos discursos e construção de representações afinados com suas intenções. Já aquele residente da chácara do Morro Santana, embora próximo de Viamão, pela sua distância espacial e, talvez, não identificado com o estilo de vida do meio urbano, mais sujeito às influências de uma sociedade capitalista em expansão, poderia estar mais alheio aos discursos e práticas reconhecidas pelas disciplinas, mantendo seu *habitus*, suas tradições, seu próprio modo de vida e escolhas.

As representações que os grupos modelam (deles próprios e dos outros), como “matrizes de discursos e de práticas diferenciadas” (Chartier, 1990:18), mobilizam estratégias que determinam relações e posições, constitutivos da sua identidade. Nesta perspectiva, as práticas fazem reconhecer uma identidade sócio-cultural, “exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” do grupo, da classe ou da comunidade (idem:23). Esta é uma construção possível para a interpretação de realidades contrastantes construídas por grupos sociais diferenciados da Porto Alegre oitocentista que, no seu cotidiano, ao apropriarem-se dos discursos, idéias, pensamentos, produzem sentidos e significados singulares através das práticas culturais e representações que os tornam sujeitos do próprio mundo social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUDRY, Mary C. 1984. Archaeology and the historical household. *Man in the Northeast*, 28:27-38.
- BITTENCOURT, Dóris Maria M. de. 1996. *Casas residenciais em Porto Alegre em finais dos séculos XIX e início do XX*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- . 1992. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- CHARTIER, Roger. 1990. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- . 1991. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, 11(5):173-191.
- . 1996. *Práticas da Leitura*. São Paulo, Estação Liberdade.
- CRESSEY, Pamela J. et al. 1982. The core-periphery relationship and the archaeological record in Alexandria, Virginia. In: DICKENS, Jr. & ROY, S. (Ed.). 1982. *Archaeology of Urban America*. New York/ London, Academic Press, pp.143-173.
- CUCHE, Denys. 1999. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru, EDUSC.
- FOUCAULT, Michel. 1985. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- . 1998. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola.
- FRANCO, Sergio da C. 1992. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.

- GIBB, James G. 1996. *The Archaeology of Wealth. Consumer Behavior in English America*. New York, Plenum Press.
- INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE VIAMÃO. 1999. Vol. 1, Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo/ Prefeitura Municipal de Viamão.
- LIMA, Antonio Carlos de S. & VIANNA, Adriana de R. B. 1996. História, Antropologia e relações de poder – algumas considerações em torno de saberes e fazeres sobre o social. In: MALERBA, Jurandir (Org.). 1996. *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas, Papirus, pp.127-152.
- LIMA, Tania A. 1995. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*. São Paulo, 3:129-191.
- . 1996. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, Manguinhos, 2 (3):46-98.
- . 1999. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. In: ZARANKIN, A. & ACUTO, F. (Ed.). 1999. *Sed Non Satiata. Teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea*. Buenos Aires, Ed. del Tridente, pp.189-238.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. 1982. *Porto Alegre: aspectos culturais*. Porto Alegre, SMEC, Div. de Cultura.
- MONTEIRO, Charles. 1995. *Porto Alegre, urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre, Edipucrs.
- MROZOWSKI, Stephen A. 1984. Prospects and Perspectives on the archaeology of the household. *Man in the Northeast*, 27:31-49.
- ORTIZ, Renato (Org.). 1983. *Pierre Bourdieu. Sociologia*. São Paulo, Ática.
- PERROT, Michelle. 1991. Maneiras de morar. In: PERROT, M. (Org.). 1991. *História da vida privada, 4.*, São Paulo, Cia. Das Letras, pp.307-323.
- SAINT'HILAIRE, Auguste de. 1939. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Comp. Editora Nacional.
- SANT'ANA, Valéria B. 2000. Hábitos de higiene bucal discutidos a partir de vestígios materiais – século XIX. *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1997)*, Rio de Janeiro (CD Rom).
- SCHIFFER, Michael. 1972. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, 37 (2):156-165.
- SOUTH, Stanley. 1978. Evolution and Horizon as Revealed in Ceramic Analysis in Historical Archaeology. In: SCHUYLER, Robert L. (Ed.). *Historical Archaeology: a guide to substantive and theoretical contributions*. New York, Baywood publishing Company, Inc., pp.68-82.
- . 1977. *Method and theory in historical archaeology*. New York, Academic Press.
- SYMANSKI, Luis Cláudio. 1996. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional*, Univ. Est. de Ponta Grossa, Ponta Grossa, pp. 81-119.
- . 1998a. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- . 2000. As práticas de deposição de refugo em uma unidade doméstica oitocentista: o Solar Lopo Gonçalves. *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1997)*, Rio de Janeiro (CD Rom).
- . 1998b. Bebidas, panacéias, garrafas e copos: a amostra de vidros do Solar Lopo Gonçalves. *Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 11:71-86.
- THIESEN, Beatriz V. 1999. *As paisagens da cidade: Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.